



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 705***

*de 04 de março de 2009*

**"Dispõe sobre os honorários advocatícios recebidos pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul decorrentes de sucumbência, cria o Fundo de Assistência a Procuradoria Municipal e dá outras providências."**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:*

### ***Art. 1º..***

*Os honorários advocatícios, recebidos pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul, decorrentes da sucumbência ou fixados por arbitramento judicial, nos feitos em que a municipalidade for parte, ficam destinados aos Advogados efetivos do Município, Procurador Municipal e Assessores Jurídicos sendo distribuídos da seguinte forma:*

#### ***a).***

*50% (cinquenta por cento) para os integrantes dos Cargos de Advogado, Procurador Municipal ou Assessor Jurídico;*

#### ***b).***

*50% (cinquenta por cento) para constituir um Fundo de Assistência a Procuradoria Municipal, destinado ao pagamento de honorários nas ações em que a Fazenda Municipal resultar vencida.*

### ***Parágrafo único. .***

*Os valores de sucumbência ou fixados por arbitramento judicial, recolhidos diretamente junto aos cofres do Município terão a mesma destinação a que se refere este artigo.*

### ***Art. 2º..***

*Os valores de que trata a alínea "a" do artigo anterior serão rateados e pagos mensal e igualitariamente a todos os Advogados, o Procurador Municipal e Assessores Jurídicos Municipais, inclusive aos que exerçam função gratificada ou cargo em comissão.*

#### ***1º.***

*No caso de afastamento, salvo em razão de férias regulamentadas, o Advogado, Procurador Municipal ou Assessor Jurídico não fará jus à verba honorária mensal.*

#### ***2º.***

*Os valores mencionados nesta Lei não se incorporam aos vencimentos para nenhum efeito.*

### ***Art. 3º..***

*Para atender o disposto nesta Lei, quando a parte que foi condenada a pagar honorários advocatícios, o fizer espontaneamente, ser-lhe-á entregue a respectiva guia pela municipalidade, para ser depositado em conta específica do Fundo de Assistência a Procuradoria Municipal.*

### ***Parágrafo único. .***

*No caso da parte se recusar ao pagamento, os Advogados Municipais, Procurador Chefe ou Assessores Jurídicos deverão promover a competente ação de execução de honorários.*

### ***Art. 4º..***

*O pagamento de verba honorária arrecadada no mês anterior será liberado, pela Secretaria Municipal de Finanças, mediante recibo, aos profissionais descritos no art. 1º.*

**Parágrafo único. .**

*Os valores porventura existentes relativos às verbas honorárias serão liberados após a aprovação da presente Lei.*

**Art. 5º..**

*Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Chapadão do Sul - MS, 04 de Março de 2009.*

*JOCELITO KRUGPrefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 705/2009 - 04 de março de 2009*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*